



AGENDA LEGISLATIVA

13 A 17 DE MAIO DE 2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (14/5)

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 14h00

REQ 33/2024 - Requer a inclusão de convidado em audiência pública, para debater sobre “Impacto econômico, competitividade, manutenção de empregos e responsabilidade social”, no âmbito desta Comissão relativo ao PL 493/2024. Item nº 1.

Convidado:

- Ruben Antônio Bisi, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus – FABUS.

Autor: Any Ortiz (CID/RS)

REQ 35/2024 - Requer o aditamento do Requerimento nº 21/2024 – CICS para realização de Audiência Pública para debater sobre “Impacto Econômico, competitividade, manutenção de empregos e responsabilidade social”, no âmbito desta Comissão relativo ao PL 493/2024 Item nº 3.

Convidados:

- Marcos Hecksher, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE; e
- Marcio Pochmann, economista que é o atual presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Autor: Jack Rocha (PT/ES)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PL 8450/2017 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o oferecimento ao consumidor de data e turno para agendamento de entrega de produto e de prestação de serviço. Item nº 10.

Autor: Douglas Cintra

Relator: Patrus Ananias (PT/MG)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Patrus Ananias (PT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs PL 464/2011, PL 521/2011, 700/2011, 5149/2013, 1752/2015, 2500/2015, 4386/2016, 1387/2015, 3776/2015, 6942/2017, 8435/2017, PL 5214/2016, 5507/2016, 1363/2019, 2582/2021, 1133/2022, 8627/2017, 6523/2009, 677/2020, 2066/2022, 737/2020, 1080/2020, 1695/2022 e 1829/2022, apensados, do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor e das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com emendas.

Quarta-feira (15/5)

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00

REQ 29/2024 - Requer a realização de audiência pública para debater o PLP nº 12/2024, que dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas e estabelece mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para melhoria das condições de trabalho. Item nº 1.

Convidados:

- Uber;
- 99;
- Ministério do Trabalho;
- Associação dos Motoristas por Aplicativo do Estado de Alagoas – AMPAEAL
- Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado.

Autor: Delegado Fabio Costa (PP/AL)

REQ 33/2024 - Requer a realização de Audiência Pública para debater PLP 33/2024, que “Estabelece instrumentos de ajustes nos contratos administrativos firmados antes da entrada em vigor das leis instituidoras dos tributos de que tratam o art. 156-A e o art. 195, V, da Constituição Federal, inclusive concessões públicas”. Item nº 5.

Convidados:

- André Luiz Freire
- Daniel Keller
- Davi Barreto
- Eric Brasil
- Fábio Rogério Carvalho
- Marcos Maia

Autor: Kim Kataquiri (UNIÃO/SP)

REQ 34/2024 - Requer a realização de Audiência Pública para debater o PLP 35/2024, que “Institui a Cesta Básica Nacional de Alimentos - CeNA criada pelo artigo 8º da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023”. Item nº 6.

Convidados:

- Anderson Trautman Cardoso;
- Charles William McNaughton;
- Claudia Horta Queiroz;
- Priscila Diniz;
- Ricardo Santin Leo Amaral;
- Sarina Sasaki Manata.

Autor: Kim Kataquiri (UNIÃO/SP)

PLP 141/2021 - Regulamenta o art. 212 da Constituição Federal para dispor sobre o cálculo do valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União, estados, Distrito Federal e municípios em manutenção e desenvolvimento do ensino. Item nº 12. Explicação: prevê dois mecanismos para garantir investimentos com educação: primeiramente, exige-se que haja disponibilidade de caixa para a concretização da despesa realizada. Assim, não poderá o gestor realizar o empenho da despesa em educação sem ter resguardado o recurso público a ser utilizado no seu pagamento. Adicionalmente, os restos a pagar que sejam cancelados ou que prescrevam no decorrer do exercício deverão ser deduzidos do montante gasto, de modo a compensar no presente exercício a consideração de despesas para atingimento do mínimo em exercícios anteriores e que, no entanto, não se realizaram

Autor: André Figueiredo (PDT/CE)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Josenildo (PDT-AP), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

PL 2133/2023 - Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para inserir dispositivos para instituir o Sistema de Compra Instantânea (Cix). Item nº 22.

Explicação: O Sistema trata da aquisição, por meio de credenciamento em mercado fluido, de bens padronizados e previamente selecionados pela Administração Pública

Autor: Dr. Daniel Soranz (PSD/RJ)

Relator: Luiz Carlos Haully (PODE/PR)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Luiz Carlos Haully (PODE-PR), pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 10h00

REQ 19/2024 - Requer reunião de audiência pública para tratar sobre “E-commerce” Item nº 3.

Convidados:

- Márcio André Oliveira Brito - Presidente do INMETRO
- Antonio Barra Torres - Diretor Presidente da ANVISA
- Carlos Manuel Baigorri - Presidente ANATEL
- Fabiano Silva dos Santos - Presidente do Correios;

- Guilherme Melo, Secretário de Política Econômica;
- Uallace Moreira, Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços;
- Robison Barrerinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil;
- Paulo Cirilo - Subsecretaria de Fiscalização;

Autor: Zé Neto (PT/BA)

PL 3412/2021 - Institui a Política Nacional de Responsabilidade Econômica de proteção da atividade privada. Item nº 11. Explicação: institui tal política, com as seguintes diretrizes: i) a proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica; ii) a aplicação e o respeito ao direito civil, tributário, empresarial, econômico, ambiental e do trabalho nas relações público/privado encontradas no âmbito legal e no ordenamento jurídico; iii) considerar como atribuição obrigatória da iniciativa privada, perante a sociedade, o pagamento dos tributos e contribuições estabelecidos por lei, para cada setor empresarial brasileiro; iv) a adequação da ação governamental às peculiaridades e diversidades regionais; v) a articulação e colaboração entre os entes públicos federais, estaduais e municipais e o setor privado; vi) o estímulo a iniciativa privada e suas economias locais, com redução das interferências públicas na gestão econômica do ente privado; e vii) a valorização do empreendedorismo, do crescimento econômico privado, da geração de riquezas e da criação de novos postos de trabalho.

Autor: Marcelo Ramos (PSD/AM)

Relator: Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Luiz Gastão (PSD-CE), pela aprovação, com Substitutivo.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 10h00

Reunião Conjunta - Tema: Sistema de combate à disseminação de fake news nas redes sociais.

Convidados:

- Carlos Manuel Baigorri, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); e
- Laura Moraes, Coordenadora Sênior de Campanhas de Advocacy da Avaaz.org.

CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER / Anexo II, Plenário 14, 13h30

PL 1405/2023 - Altera o artigo 60 da 14.133/21 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Item nº 13.

Explicação: Cria novo critério de desempate ligado à iniciativas de contratação de idosos

Autor: Afonso Motta (PDT/RS)

Relator: Flávia Moraes (PDT/GO)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 14h00

PL 1507/2023 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para prever a publicidade de produtos e serviços ilícitos em “sites” hospedados em servidores localizados fora do Brasil como crime contra o consumidor. Item nº 7.

Explicação: Altera a lei de proteção do consumidor para estabelecer pena de detenção àqueles que promovam ou permitam publicidade de produtos ilegais nacionalmente em sites hospedados em servidores estrangeiros, utilizando o exemplo de publicidade sobre apostas esportivas, que, apesar de ilegais no Brasil, seguem ocorrendo nacionalmente devido à esta brecha na legislação.

Autor: Mauricio Neves (PP/SP)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Aureo Ribeiro (SD/RJ), pela aprovação, com substitutivo.

PL 2966/2020 - Institui normas sobre a permuta digital. Item nº 18.

Autor: Enéias Reis (UNIÃO/MG)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Aureo Ribeiro (SD/RJ), pela aprovação, com emenda.

PL 3190/2021 - Determina limite máximo diário de transferência eletrônica via PIX e dá outras providências. Item nº 22.

Explicação: limita a transferência eletrônica bancária denominada PIX ao valor máximo de R\$ 500,00 diários

Autor: Alexandre Frota (PROS/SP)

Relator: Roberto Monteiro Pai (PL/RJ)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Roberto Monteiro Pai (PL-RJ), pela rejeição deste, da Emenda 1/2023 CDC, e dos PLs 2632/2022, 1467/2023, 2593/2023 e 771/2024, apensados, e pela aprovação do PL 1130/2024, apensado.

SUBESPEL - SUBCOMISSÃO ESPECIAL DOS ESPORTES ELETRÔNICOS / Anexo II, Plenário 04, 15h00

Reunião Técnica - Tema: Esportes eletrônicos na inclusão social de crianças e adolescentes.

Convidados:

- Bárbara Teles, diretora de relações governamentais da Associação Brasileira de Fantasy Sport (ABFS);
- David Leonardo da Silva de Andrade Teixeira, representante da Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal;
- Leonardo Dourado Filho, representante da Associação Moríá (presencial);
- Ministério do Esporte;
- Terence Sveiter, presidente da Academia Nacional de Direito Desportivo (ANDD); e
- Paulo Ribas, presidente da Confederação Brasileira de Games e Esportes (CBGE).

Quinta-feira (16/5)

OUTROS EVENTOS / Plenário - Salão Nobre, 08h30

Entrega de medalhas, condecorações e prêmios - Tema: Realização da 4ª Edição do Prêmio da Economia Verde

SENADO FEDERAL**Terça-feira (14/05)**

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

PL 6233/2023 - Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre atualização monetária e juros; e dá outras providências. Item nº 3.

Autor: Presidência da República

Relator: Rogerio Carvalho Santos (PT/SE)

Parecer: Favorável ao PL 6233/2023, nos termos do substitutivo apresentado, com o acolhimento parcial do PL 1086/2022.

PLP 261/2023 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte", para determinar a atualização monetária anual da receita bruta para fins enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI), da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para os efeitos da Lei. Item nº 4.

Explicação: o projeto prevê que os valores de receita bruta de que trata a Lei do Simples Nacional (Lei Complementar 123/2003) e seus anexos serão atualizados monetariamente uma vez por ano, sempre em janeiro, com base no IPCA acumulado no ano anterior, ou outro que vier a substituí-lo.

Autor: Mecias de Jesus (REP/RR)

Relator: Laércio (PP/SE)

Parecer: Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

PL 4538/2020 - Cria o Programa Nacional de Inclusão Digital para a Educação Básica. Item nº 6.

Explicação: cria o Programa Nacional de Inclusão Digital para a Educação Básica, com o objetivo de ampliar o acesso às tecnologias da informação e comunicação por estudantes da rede pública de ensino da educação básica.

Autor: Confúcio Moura (MDB/RO)

Relator: Damares Alves (REP/DF)

Parecer: Favorável ao projeto.

PL 6012/2023 - Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios e dá outras providências; e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, que institui e regulamenta o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para assegurar que os recursos do Pronampe sejam permanentes. Item nº 9.

Autor: Esperidião Amin (PP/SC)

Relator: Laércio (PP/SE)

Parecer: Pela aprovação, nos termos do substitutivo apresentado.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 10h00

PL 454/2022 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre compartilhamento e publicização de dados e microdados coletados no recenseamento anual a que se refere o inciso I do § 1º do art. 5º da referida Lei e na realização de censos educacionais. Item nº 2.

Explicação: determina que o Poder Público é autorizado a compartilhar os dados e microdados do Censo Escolar e do ENEM

Autor: Tiago Mitraud

Relator: Esperidião Amin (PP/SC)

Parecer: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, nos termos do substitutivo que apresenta

CSP - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 11h00

PL 3611/2021 - Dispõe sobre o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) ou "drones" pelos órgãos de segurança pública. Item nº 4.

Explicação: pretende estabelecer um marco legal para o uso de "drones" pelos órgãos de segurança pública, na qual não poderão estar armados, determinando sigilo para as imagens produzidas, treinamento aos agentes de segurança que operarem os drones, e indenização por dano moral ou material àquele que tiver sua intimidade ou imagem ferida pelo uso de drones.

Autor: Veneziano (MDB/PB)

Relator: Marcos do Val (PODE/ES)

Parecer: Favorável ao projeto.

REQ 25/2024 - Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3611/2021, que "dispõe sobre o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) ou 'drones' pelos órgãos de segurança pública". Item nº 10.

Convidados:

- Ministério da Justiça e da Segurança Pública;
- Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA);
- • representante da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
- Departamento de Novas Tecnologias e Direito Penal do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim);
- Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC).

Autor: Weverton (PDT/MA)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 14h00

MSF 5/2024 - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 16 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor André Luís Macagnan Freire, para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, na vaga decorrente do término do mandato de Juliana Oliveira Domingues em 13 de abril de 2024. Item nº 1.

Autor: Presidência da República

Relator: Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatório: Pendente

MSF 6/2024 - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor Alexandre Barreto De Souza, para recondução ao cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Item nº 2.

Autor: Presidência da República

Relator: Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatório: Pendente

CREDC - SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 14h00

Reunião - Finalidade: Eleição de Presidente e Vice, bem como, a apreciação de Plano de Trabalho

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 14, 14h00

Audiência Pública - Finalidade: finalidade de instruir o PL 2628/2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Convidados:

- Senhor Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Diretor-Presidente da ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Senhora Raquel Gontijo, Gerente de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Eletrônicos – ABragames;
- Ana Carolina Fortes Iapichini Pescarmona;
- Associação Brasileira de Anunciantes – ABA;
- Senhora Roberta Jacarandá, Head de Relações Institucionais do Conselho Digital do Brasil;
- Rafael Oliveira Leite, Especialista;
- Rodrigo Nejm, Especialista;
- Gustavo Silveira Borges, Professor da Unesc e Diretor-Executivo do Labsul;
- Maria Goés de Mello, Coordenadora do Programa Criança e Consumo do Instituto Alana
- Bruno Bioni, Representante do Data Privacy Brasil;
- Cristiano Ricardo Faedo Nabuco de Abreu, Especialista; e
- Gilberto Jabur Jr., Presidente da Associação de Desenvolvimento da Família.

Quarta-feira (15/5)

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 09h00

PL 10/2022 - Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o regime híbrido de trabalho. Item nº 6.

Explicação: propõe a inclusão na CLT de disposições referentes ao trabalho híbrido, mantendo o lineamento legislativo geral do teletrabalho, adaptado a esse regime e suas características especiais.

Autor: Chico Rodrigues (PSB/RR)

Relator: Paulo Paim (PT/RS)

Parecer: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 11h00

PL 2555/2023 - Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para criar linha de crédito especial para o financiamento da abertura e do funcionamento de micro e pequenas empresas por pessoas com deficiência, seus parentes de 1º grau ou responsáveis legais. Item nº 6.

Autor: Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relator: Romário (PL/RJ)

Parecer: Favorável ao projeto.

CDD - COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 14h00

PL 4400/2021 - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a invasão e apropriação de conta em rede social, bem como a extorsão mediante invasão ou apropriação de conta em rede social. Item nº 2.

Explicação: institui crime apropriar-se indevidamente de conta alheia em rede social ou invadir dispositivo informático de uso alheio e extorsão precedida de apropriação indevida, com determinação de pena.

Autor: Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relator: Weverton (PDT/MA)

Parecer: Pela aprovação com emendas

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 14h00

Audiência Pública - Finalidade: finalidade de instruir o PL 2628/2022, que “dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais”.

Convidados:

- Senhor Daniel de Andrade Araújo, Assessor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
- Fábio Meirelles, Diretor de Direitos na Rede e Educação Midiática da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR);
- Francisco Brito Cruz, Diretor Executivo do InternetLab;

- Juliano Maranhão, Professor e diretor do Legal Grounds Institute;
- Estela Aranha, Pesquisadora e advogada;
- Thiago Tavares, Representante da SaferNet Brasil;
- Rodrigo Paiva, Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Licenciamento de Marcas e Personagens – ABRAL;
- Ana Bárbara Gomes, Diretora do Instituto de Referência em Internet e Sociedade;
- Fernando Gallo, Diretor de Políticas Públicas do TikTok Brasil;
- Empresa Meta;
- Igor Luna, Representante Câmara Brasileira da Economia Digital (camara-e.net);
- Flávia Annenberg, Gerente de Relações Governamentais do Google Brasil; e
- Erika Alvarez, Gerente de Políticas Públicas do YouTube.